

MÍDIA E DEMOCRACIA: A ATUAÇÃO DOS JORNALIS NA RUPTURA DA ORDEM CONSTITUCIONAL

de 1964 e no Cenário de Reabertura Política

MATHEUS GUIMARÃES SILVA DE SOUZA*

RESUMO

Os meios massivos de comunicação desempenham um papel de destaque no mundo contemporâneo, servindo frequentemente como um ponto de apoio para a afirmação dos mais diversos planos e ideias. Na política, esse poder foi notoriamente manifestado durante a década de 1960, o qual corroborou para a quebra da ordem constitucional em 1964 quando foi estabelecida a ditadura civil-militar no Brasil. A mídia não apenas contribuiu para a chegada dos militares ao poder, como também atuou na construção e consolidação do regime militar. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é fornecer o panorama do golpe de 1964 trazendo à baila a participação ativa dos principais jornais brasileiros a fim de se resgatar a responsabilidade destes pela ruptura da ordem constitucional ocorrida, bem como reaver a atuação da mídia durante o processo de redemocratização do país.

Palavras-chave: Regime Militar no Brasil; Apoio de Jornais; Redemocratização.

ABSTRACT

Mass communication medias have an immense importance nowadays, enabling them to support a number of ideas of the most different kinds. In the politics, this power was specially employed during the 1960s, facilitating the constitutional disruption of 1964, when the civilian and military dictatorship begun in Brazil. Not only did the media assist the militaries to ascend to the power, but also enabled them to keep it. Hence, this paper aims to provide the big picture of the coup d'état that happened in 1964, discussing the participation of brazilian's great newspapers media, consequently allowing to bring out their share of responsibility for the constitutional disruption, as well as bring to light and discuss the role of media in the return to democracy.

Keywords: Brazilian Military Government; Newspapers Support; Return to Democracy.

*Graduando da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense.

Endereço eletrônico: matheusguimaraes@id.uff.br

Introdução¹

Estudando a história é possível perceber que a promulgação de uma carta constitucional guarda íntima relação com uma ruptura política que, abruptamente, altera a configuração das relações de poderes. Nesse sentido, a Constituição de 1824 pode ser vinculada ao movimento de independência do Brasil em 1822, enquanto que as Cartas Magnas de 1891 e 1934 guardariam uma relação direta com a proclamação da República e a Revolução de 1930, respectivamente². Quanto à Constituição de 1988, esta pode ser considerada como fruto do movimento de redemocratização ocorrido durante o término do regime civil-militar instaurado no país.

É elementar para a boa interpretação da Constituição de 1988 a compreensão de seu engajamento no novo cenário político que se formava com o fim dos 21 anos da ditadura brasileira. Para se conhecer a importância de sua chegada ao ordenamento jurídico e os motivos pelos quais ela foi batizada de Constituição Cidadã, é fundamental que se estabeleça um diálogo com o golpe ocorrido em 1964 e seus desdobramentos.

De fato, muito foi escrito sobre a ditadura, porém é estarrecedor vislumbrar que a maioria esmagadora da pesquisa sobre a época se concentra na repressão exercida pelos militares, passando quase despercebidas as outras formas de controle social empregadas como o uso da mídia para encobrir a truculência do regime e fomentar as ideologias veiculadas pelo partido dos militares.

Este artigo pretende, portanto, expor como jornais de boa circulação à época, tais como o *Correio do Amanhã*, o *Jornal do Brasil*, a *Folha de São Paulo*, o *Estado de S. Paulo*, o *Globo* e alguns outros existentes à época se posicionaram a favor da instauração e manutenção da ditadura, sendo responsáveis direta e indiretamente pelo rompimento da ordem constitucional e a manutenção do estado antidemocrático. Disso decorre a compreensão de que a ditadura não foi um processo exclusivamente militar, mas sim um período tenebroso da história brasileira que foi construído com o apoio da população e de diversas instituições privadas.

Para cumprir com a proposta de discorrer sobre essa participação da mídia foram escolhidos alguns jornais como objeto de estudo, porém cabe pelo menos mencionar que algumas edições de revistas, alguns programas televisivos e alguns canais de radiodifusão também desempenharam um papel relevante no cenário brasileiro, em especial a Rede Globo de Televisão. Em que pese a contribuição significativa desses outros meios de comunicação, foi necessário estabelecer um recorte do objeto a fim de se evitar uma visão superficial sobre uma temática tão importante para o estudo da democracia no Brasil.

Ciente desse resgate elementar, este trabalho se propõe a reunir as principais informações sobre o período comungadas pela literatura em geral, localizando em tempo e espaço a instauração do golpe de 1964 com o apoio de diversos jornais. Uma vez instaurada a ditadura, será analisado o entrosamento entre as alterações ocorridas com a chegada dos militares à presidência e as publicações dos jornais, sem perder de vista a derrocada do regime e a lenta transição para a redemocratização.

Após exposto esse relacionamento existente entre os militares e os principais jornais em circulação da época, resta apenas refletir sobre o que fazer com essas constatações.

1 Este artigo foi baseado em uma pesquisa realizada durante a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação do Dr. Andrés Daniel Raizman, professor da Universidade Federal Fluminense.

2 ARRUDA, Hélio Mário de; MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de. "Oliveira Vianna: Ideologia Social Autoritária", *Revista Agora*, Vitória, n. 3, p. 1-21, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/1893/1405>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

Seria prudente descobrir uma doença e não trata-la? Seria coerente estabelecer uma justiça pós-conflitual desconsiderando a participação dessas instituições e a necessidade de responsabilização solidária de cada uma desses agentes? Ou talvez seja mais conveniente permanecer com uma memória débil sobre o período ditatorial permitindo que a cultura do esquecimento venha a despontar em novas violações de direitos humanos? A luta pela redemocratização que culminou na Constituição de 1988 e todos os demais esforços para a criação de um Estado Democrático de Direito permeia cada uma dessas perguntas.

O golpe de 1964

Não é raro no cenário político brasileiro momentos de grave instabilidade, principalmente em virtude dos escândalos oriundos da corrupção como no Mensalão e na Lava-Jato. Em meio a essas crises, surge sempre a possibilidade de descredibilidade das instituições democráticas e, ainda mais grave, o risco de ruptura destas instituições. Diante desse quadro, a interferência dos militares se apresenta como uma válvula de escape, acionada pela própria população, a fim de restabelecer a ordem política³.

O golpe ocorrido em 1964 exemplifica adequadamente esse apelo de civis pela intervenção militar a fim de contornar a situação caótica enfrentada pelo Brasil. O presidente Jânio Quadros havia renunciado em menos de 1 ano de mandato e o seu vice, João Goulart, procurou enfrentar os problemas socioeconômicos adotando políticas que não agradaram alguns setores sociais. As reformas de base, por exemplo, formavam um eixo central do Governo Jango que pretendia reestruturar o país em diversos níveis, provocando mudanças como a alteração da política urbana a fim de permitir que os locatários pudessem se tornar proprietários dos imóveis alugados e a ampliação do direitos políticos para permitir que os analfabetos e os ocupantes de cargos inferiores das Forças Armadas pudessem votar. A pretensão de organizar uma reforma agrária, contudo, foi um dos pontos que mais preocuparam os conservadores, especialmente os latifundiários que poderiam ter suas terras desapropriadas caso fosse adotada a sugestão de alteração da Constituição a fim de propiciar a desapropriação mediante pagamento com títulos da dívida pública ao invés da exigência constitucional de prévia indenização em dinheiro⁴.

Essas novas diretrizes defendidas, de fato, não significavam em momento algum que o governo de Jango adotou um modelo governista baseado no socialismo. Antes, tais políticas intentavam modernizar o capitalismo e dirimir as discrepâncias brasileiras oriundas da profunda desigualdade social existente no país⁵. Contudo, essa plataforma política que seria assumida pelo Estado através do governo de Jango intimidou não apenas os grandes latifundiários, como também as classes dominantes em geral que se viram ameaçadas⁶.

Desconfiados, grupos conservadores ouviram com atenção o discurso inflamado do então presidente no dia 13 de março de 1964, onde este em um comício no Rio de Janeiro, expôs na Central do Brasil suas intenções de realizar Reformas de Base. O jornal *O Estado de São Paulo*, no mesmo dia do comício, publicou um editorial criticando o presidente por ter realizado o evento em local proibido, de maneira a afrontar o governador do Estado

3 STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p. 46 e ss.

4 FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995, p. 447.

5 *Ibidem*, p.448.

6 *Ibidem*, p.448-449.

da Guanabara, sendo chamado este editorial de “O presidente fora da lei”⁷. Já na edição do dia seguinte a crítica se pautava na ideia de que o país vivia um regime autoritário onde a democracia não tinha mais espaço.

Estas mudanças radicais anunciadas por João Goulart ensejou a resposta dos conservadores contrários às reformas⁸. Após seis dias de seu discurso foi organizada a Marcha da Família com Deus pela liberdade, em São Paulo, numa tentativa de frear a repercussão das reformas anunciadas pelo governo que, aparentemente, se coadunavam com as ideias comunistas.

Outrossim, a imprensa contribuiu de maneira decisiva para aprofundar o cenário caótico da política brasileira, vez que incansavelmente anunciavam às claras a necessidade de derrubar o presidente. Momentos anteriores à ditadura, os principais jornais como o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *a Folha de São Paulo*, e o *Correio do Amanhã* defendiam largamente a deposição do João Goulart. Exemplo disso pode ser visto no que foi publicado pelo *Jornal do Brasil*⁹:

“O Presidente da República sente-se bem na ilegalidade. Está nela e ontem nos disse que vai continuar nela, em atitude de desafio à ordem constitucional, aos regulamentos militares e ao Código Penal Militar. Ele se considera acima da lei. Mas não está. Quanto mais se afunda na ilegalidade, menos forte fica a sua autoridade. Não há autoridade fora da lei. E, os apelos feitos ontem à coesão e à unidade dos sargentos e subordinados em favor daquele que, no dizer do próprio, sempre esteve ao lado dos sargentos, demonstra que a autoridade presidencial busca o amparo físico para suprir o carência de amparo legal. Pois não pode mais ter amparo legal quem no exercício da Presidência da República, violando o Código Penal Militar, comparece a uma reunião de sargentos para pronunciar discurso altamente demagógico e de incitamento à divisão das Forças Armadas. (...)”

Em 31 de março de 1964 os militares tomaram o poder colocando tropas nas ruas de São Paulo e Minas Gerais¹⁰, com apoio de quase todos os lados para a instauração conforme dispõe a Fundação Getúlio Vargas¹¹:

“(...)o golpe militar foi saudado por importantes setores da sociedade brasileira. Grande parte do empresariado, da imprensa, dos proprietários rurais, vários governadores de estados importantes (como Carlos Lacerda, da Guanabara, Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Ademar de Barros, de São Paulo), além de setores da classe média, pediram e estimularam a intervenção militar, como forma de pôr fim à ameaça de esquerdização do governo e de controlar a crise econômica.”

A sociedade civil foi às ruas após o golpe¹² e os membros do poder legislativo demonstraram sua convivência considerando vaga a presidência da República¹³. Logo em seguida, foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro o primeiro ato institucional (AI-1), em 9 de abril, que promoveu a cassação dos mandatos de vários políticos contrários a

7 SILVA, Ionio Alves da. *Argumentação no Jornalismo opinativo: Um estudo da Coluna do Castelo no período de 1963 a 1969*. Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS, São Leopoldo, 2014, p.56.

8 GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.62.

9 *Jornal do Brasil*, 31 de março de 1964. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/golpemiitar.htm>. Consultado em 31/07/2017. Outrossim, é possível encontrar no site da historiadora Cristiane Costa um resumo de quase todos os editoriais citados neste artigo, disponível em: <http://blogdabrhistoria.blog.uol.com.br/> - consultado em 29/07/17.

10 GASPARI, *op.cit.*, p.67 et seq.

11 CASTRO, Celso. *O Golpe de 1964 e a Instauração do regime militar*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964>. Consultado em 31/07/2017

12 É possível rememorar ainda a Marcha da Vitória ocorrida no Rio de Janeiro em 2 de abril de 1964 e que reuniu aproximadamente um milhão de manifestantes.

13 GASPARI, *op.cit.*, p.111.

regime que se insurgia, bem como a perda do direito de estabilidade que os funcionários públicos possuíam¹⁴. Nesse momento, já é perceptível que o Brasil iria sofrer inúmeras transformações que abalariam radicalmente todas as estruturas da democracia brasileira.

A Consolidação e o Colapso da Ditadura

Passados quase 3 anos após o golpe, dois acontecimentos são importante de serem destacados. Em primeiro lugar, cabe ressaltar a aprovação em janeiro de 1967 de uma nova Constituição Federal. Esta comungava com as diretrizes adotadas pelo regime militar, sendo perceptível que, assim como na elaboração dos atos institucionais, o governo dos militares abusava dos instrumentos jurídicos na tentativa de legitimar, ao menos formalmente, o regime estabelecido. Já o segundo acontecimento importante do ano de 1967 é a chegada à presidência do general Arthur da Costa e Silva que, substituindo Castello Branco através da eleição indireta ocorrida no Congresso Nacional, se tornou o segundo presidente da ditadura¹⁵. Sua posse como presidente é relevante de ser destacada pois ele “concentrava as esperanças da linha-dura e dos nacionalistas autoritários das Forças Armadas”¹⁶ e, efetivamente, foi em seu governo que o autoritarismo se revelou de forma nítida.

As contestações ao regime civil-militar vinham de muitos lados, em que pese a repressão e censura institucionalizadas pelo governo. Alguns grupos de oposição mais radicais optaram pela realização de atos de terrorismo. No legislativo, por exemplo, o deputado Márcio Moreira Alves realizou um discurso irônico em resposta à repressão, sugerindo que as mulheres não dormissem com os seus maridos e que as moças não dançassem com os cadetes formados até que a violência militar cessasse. Cópias do discurso foram distribuídas pelos quartéis e os militares, indignados, pediram ao Congresso Nacional autorização para processar o parlamentar, gerando uma instabilidade política que o governo teve que enfrentar¹⁷.

Os militares responderam de forma ainda mais intensa, decretando o quinto Ato Institucional, em dezembro de 1968. Em síntese, o AI-5 se configurou com uma das ferramentas jurídicas mais cruéis adotadas pela ditadura, impactando todos os três poderes do Estado. Nos Poderes Executivo e Legislativo da federação dos estados e municípios inúmeros membros tiveram seus mandatos cassados. Quanto ao Poder Judiciário, não foram poucos os juízes aposentados¹⁸, sendo também dado ao governo a possibilidade de demissão ou remoção dos juízes, vez que as garantias da vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade foram suspensas.

Impossibilitado de continuar governando em virtude de uma doença, o general Costa e Silva foi substituído por uma junta militar a fim de que Pedro Aleixo, seu vice, não assumisse em seu lugar, porque “além de ser civil, Pedro Aleixo tinha o grave defeito de ter-

14 BRASIL. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p.24.

15 MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo: Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo: Boitempo Editorial, 1999.

16 FAUSTO, *op.cit.*, p.476.

17 Com receio de que a autorização se tornasse um precedente para a intervenção do governo no Congresso Nacional, os deputados, por voto secreto, se posicionaram de forma contrária à cassação. A Ditadura Envergonhada, p. 316; sendo possível consultar ainda a obra esta outra obra que oferece maiores detalhes sobre o assunto: TAVARES, Aurélio. *O Brasil de minha Geração. Mais dois decênios de lutas – 1956/1976*. V. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976/1977, p.182-183.

18 GASPARI, *op.cit.*, p.333 *et seq.*

se oposto ao AI-5¹⁹. Declarada a vacância do cargo de presidente e vice-presidente através do AI-16, foram convocadas eleições indiretas e o general Emílio Garrastazu Médici foi eleito.

Médici governou o país com mãos de ferro. A censura e a repressão foram intensificadas, a ponto de seu governo ficar conhecido como os “anos de chumbo”. Sem embargo, incontáveis pessoas foram investigadas ou presas sem nem ao menos existir qualquer prova sólida, submetidas à tortura ou banimento. Inúmeras obras escritas ou audiovisuais foram impedidas de circularem ou sofreram consideráveis limitações ao seu conteúdo.

Diferentemente de seu sucessor, o general Ernesto Geisel inaugura um momento peculiar para o regime civil-militar onde a repressão se reduzia de forma considerável e a reabertura política se insurgia gradualmente. Quando chega ao poder em 1974, inicia um longo e lento processo de transição da ditadura à redemocratização. O MDB, partido de oposição aos militares, começou a obter maiores resultados nas eleições²⁰ e o *Ato Institucional n. 5* foi finalmente extinto, medida de suma importância para o reestabelecimento da democracia²¹.

Na continuação da transição gradual e segura, o general João Baptista Figueiredo, ainda da ARENA, foi vitorioso na eleição indireta ocorrida em 1979, sucedendo o presidente Geisel. Dois foram os acontecimentos mais importantes do seu governo: a criação da lei da anistia que possibilitou o retorno dos exilados ou condenados por crimes políticos e o fim do bipartidarismo. Com a adoção dessas medidas, muitos políticos, artistas e burocratas puderam voltar ao Brasil, bem como foi possível a criação de novos partidos como o Partido dos Trabalhadores (PT). Quanta à ARENA e o MDB, estes se transformaram em PDS e PMDB, respectivamente.

Não obstante, ainda subsistia a repressão de forma clandestina. Alguns militares da linha-dura ainda atuavam às escondidas contra os opositores do regime. Diversos atentados ocorreram, como bombas explodindo em jornais da oposição e uma carta-bomba que foi enviada para o presidente da OAB. A abertura política prosseguia com grande comoção nacional como a que se verificou na campanha que ficou conhecida como as “Diretas Já” em 1984, mas ainda era perceptível a forte resistência da linha-dura às mudanças políticas.

Em janeiro de 1985, ainda de forma indireta, o deputado Tancredo Neves foi eleito pelo Colégio Eleitoral como o novo presidente. Contudo, este não chegou a assumir o cargo por ter falecido, ocupando seu lugar o seu vice, José Sarney. Em seu governo foi promulgada a Constituição de 1988, chamada de *Constituição Cidadã* em virtude da ampla participação da sociedade durante a sua elaboração e, ainda, por constar em seu texto inúmeros direitos e garantias ao cidadão, reconhecendo as liberdades que durante mais de vinte anos foram tolhidas pela ditadura.

Participação dos Principais Jornais

Os mais importantes veículos de comunicação existentes no país influenciaram diretamente o surgimento da ditadura. Eles atuaram durante todo o governo de Jânio Quadro e João Goulart agravando o quadro de instabilidade política, fortalecendo os discursos contra o

19 D.O. de 10/09/69, p. 7369. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-12-69.htm - consultado em 28/07/2017; FAUSTO, *op.cit.*, p.481.

20 Um exemplo dessa mudança no cenário político pode ser vislumbrado no fato de que o MDB conquistou dezesseis das vinte e duas cadeiras que foram disputadas nas eleições de 1974 para o Senado Federal, porém a ARENA ainda era majoritária porque o Senado não foi totalmente renovado. Cabe destacar que esses bons resultados foram atingidos naqueles Estados que tinha maior desenvolvimento pois haviam neles eleitores com maior independência.

21 Ver FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 2001.

governo e apoiando uma suposta revolução que estava prestes a ocorrer em 1964. Em linhas gerais, parte considerável da imprensa almejava o golpe e ofereceu uma base sólida para o início do regime²².

Sem embargo, a maioria dos jornais foram favoráveis a posse de Jango após Jânio, então presidente, renunciar. Tal fato, em tese, não significou afeição pela figura do novo presidente que assumiria, mas sim porque a Constituição não deixava dúvida alguma de que naquela ocasião era o vice-presidente que deveria ocupar o cargo. Mesmo sendo indiscutível em termos jurídicos a posse do vice em casos de renúncia, alguns jornais como *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e a *Tribuna da Imprensa* se posicionaram de forma contrária a posse do novo presidente. A *Tribuna da Imprensa*, comandada pelo jornalista Carlos Lacerda, inclusive, defendia abertamente uma intervenção militar para impedir que Jango chegasse à presidência²³.

Como o argumento de que o vice-presidente deveria assumir era inexpugnável, a insistência dos ministros militares em não permitir o retorno de João Goulart havia “desagradado a boa parte da opinião pública, inclusive jornais importantes como *Correio do Amanhã*, *Jornal do Brasil* e outros”²⁴. Esse aporte que teve para assumir, no entanto, não subsistiu durante o seu governo, pois os jornais mais influentes começaram a se posicionar contrários ao novo presidente, principalmente por desgostarem de suas reformas de base. *O Correio do Amanhã*, por exemplo, foi um dos mais relevantes jornais que circulavam no Rio de Janeiro durante o período do regime e, assim como muitos outros impressos, se opôs nitidamente contra Jango.

Claro que não há problema algum em questionar as medidas adotadas por um governo, porém a posição defendida nos editoriais do *Correio do Amanhã* poderia facilmente fomentar uma intervenção abrupta, vez que usava expressões como “Fora!” e “Basta”²⁵. Quando finalmente os militares intervieram, o jornal saudou a ação dos militares, demonstrando afeto pela ruptura da ordem constitucional, em que pese a concepção partilhada por muitos desses jornais de que a deposição de Jango era necessária para defender as instituições democráticas²⁶.

Essas afirmações realizadas pelo *Correio do Amanhã* configuram não apenas uma mera insatisfação generalizada com a gestão governamental, mas também um apelo para que algo seja realizado imediatamente. Quando houve a revolta dos marinheiros apoiando as reformas de base de João Goulart, “os jornais que até então defendiam a manutenção do regime constitucional começaram, agora claramente, a pedir a intervenção das Forças Armadas para o restabelecimento da hierarquia militar”²⁷. Nesse sentido, os militares começaram cada vez mais a representarem uma esperança de frear as novas e temíveis medidas políticas que seriam praticadas pelo novo presidente.

Não demorou muito para que os militares, apoiado por vários jornais importantes, rompessem a ordem constitucional. *O Jornal do Brasil*, por sua vez, tratou o golpe assim que instaurado como a verdadeira legalidade, negando qualquer falta de legitimidade ao

22 SILVA, Ionio Alves da. *Argumentação no Jornalismo opinativo: Um estudo da Coluna do Castello no período de 1963 a 1969*. Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS, São Leopoldo, 2014, p.63.

23 *Ibidem*, p.52.

24 FICO, Carlos. *O Golpe de 1964 - Momentos Decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p.20.

25 *O Correio do Amanhã* em 31 de março de 1964 publicou o editorial “BASTA!” que trazia as seguintes declarações: “O Brasil já sofreu demasiado com o governo atual. Agora, basta!” Algo curioso a se destacar é que alguns dos redatores que trabalharam nessa edição eram professores de história ou tinham, ao menos, formação de esquerda. GASPARI, *op.cit.*, p.65. No dia seguinte, acompanhando o mesmo raciocínio do editorial anterior, o *Correio do Amanhã* publicou as seguintes palavras: “Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: Saia!” (Do editoria, Fora! – em 01/04/1964, *Correio do Amanhã*).

26 CHAMMAS, Eduardo Zayat. “O Correio da Manhã no golpe de 1964: impasses e dilemas na relação com os militares”, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* – São Paulo, julho 2011, p. 9 - 10.

27 ABREU apud SILVA, *op.cit.*, p.53.

movimento que se instaurava e aplaudindo a ação radical adotada em virtude desta estar livrando o país das mãos incapazes de Jango que era acusado de cometer crime lesa-pátria²⁸. A seguinte passagem extraída do editorial do *Jornal do Brasil* à época exemplifica como alguns jornais compreenderam que a deposição de Jango não havia sido ilegal²⁹:

“Desde ontem se instalou no País a verdadeira legalidade... Legalidade que o caudilho não quis preservar, violando-a no que de mais fundamental ela tem: a disciplina e a hierarquia militares. A legalidade está conosco e não com o caudilho aliado dos comunistas”

Mesmo com a clara violação constitucional com a deposição do presidente e muitas incertezas permeando a esfera política, a mídia atuou nesses primeiros momentos intentando produzir um clima de estabilidade, tranquilidade e gratidão aos militares por sua interferência no curso do país³⁰. Porém, de fato, havia certa esperança por parte da população de que o Brasil tomasse novos rumos a partir da saída do presidente, configurando-se o golpe em um dia de festa tão alegre quanto o carnaval³¹. Esse trecho extraído do editorial de 16 de abril de 1964 do *Correio Brasiliense* ilustra claramente a afirmação realizada³²:

“Milhares de pessoas compareceram, ontem, às solenidades que marcaram a posse do marechal Humberto Castelo Branco na Presidência da República... O ato de posse do presidente Castelo Branco revestiu-se do mais alto sentido democrático, tal o apoio que obteve”.

Os atos institucionais estabelecidos pelo governo encontravam apoio de jornais como *O Estado de S. Paulo*³³ e por parte de instituições públicas como o Congresso Nacional³⁴. Até os juristas serviam como instrumento para legitimação jurídica do que estava ocorrendo, justificando e explicando como que ir contra a Constituição e retirar do poder um presidente eleito através da força era na verdade posicionar-se a favor da Carta Maior³⁵.

Ainda que contraditória, existia a crença de que a democracia estaria surgindo ao momento que Jango fosse deposto. Em 31 de março de 1964 o GLOBO foi invadido por fuzileiros navais do “dispositivo militar” de Jango, um grupo importante dentro das Forças

28 “Golpe? É crime só punível pela deposição pura e simples do Presidente. Atentar contra a Federação é crime de lesa-pátria. Aqui acusamos o Sr. João Goulart de crime de lesa-pátria. Jogou-nos na luta fratricida, desordem social e corrupção generalizada” (*Jornal do Brasil*, edição de 01 de abril de 1964.)

29 Editorial do *Jornal do Brasil* - Rio de Janeiro - 1º de Abril de 1964. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?Editoria/Midia/16-editoriais-sobre-o-golpe-militar-de-1964/12/33175>. Consultado em: 27/11/2017

30 “A paz alcançada. A vitória da causa democrática abre o País a perspectiva de trabalhar em paz e de vencer as graves dificuldades atuais. Não se pode, evidentemente, aceitar que essa perspectiva seja toldada, que os ânimos sejam postos a fogo. Assim o querem as Forças Armadas, assim o quer o povo brasileiro e assim deverá ser, pelo bem do Brasil” (Editorial de O Povo - Fortaleza - 3 de Abril de 1964); “Rio festeja a posse de Castelo” 16/04/64 - *Jornal do Brasil*).

31 “A população de Copacabana saiu às ruas, em verdadeiro carnaval, saudando as tropas do Exército. Chuvas de papéis picados caíam das janelas dos edifícios enquanto o povo dava vazão, nas ruas, ao seu contentamento” (O Dia - Rio de Janeiro - 2 de Abril de 1964); “Vibrante manifestação sem precedentes na história de Santa Maria para homenagear as Forças Armadas” “Cinquenta mil pessoas na Marcha Cívica do Agradecimento” (A Razão - Santa Maria - RS - 17 de Abril de 1964); “Feliz a nação que pode contar com corporações militares de tão altos índices cívicos”; “Os militares não deverão ensarilhar suas armas antes que emudeçam as vozes da corrupção e da traição à pátria.” (05/04/64 - O Estado de Minas)

32 *Correio Brasiliense* - Brasília - 16 de Abril de 1964. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?Editoria/Politica/As-manchetes-do-golpe-militar-de-1964/4/15195>. Consultado em 26/11/2017.

33 SILVA, Ionio Alves da. *Argumentação no Jornalismo opinativo: Um estudo da Coluna do Castello no período de 1963 a 1969*. Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS, São Leopoldo, 2014, p.57.

34 “Congresso concorda em aprovar Ato Institucional” (09/04/64 - *Jornal do Brasil*).

35 “PONTES DE MIRANDA diz que Forças Armadas violaram a Constituição para poder salvá-la!” (06/04/64 - *Jornal do Brasil*)

Armadas que permaneceria apoiando o presidente caso houvesse alguma ameaça, e não circulou no dia seguinte. Apenas no dia 02 de abril é que voltou a funcionar e publicou um editorial que resgata esse ideal de democracia que aparentava estar presente no golpe³⁶:

RESSURGE A DEMOCRACIA. Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradição. Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade, não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada. Agora, o Congresso dará o remédio constitucional à situação existente, para que o País continue sua marcha em direção a seu grande destino, sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo. Poderemos, desde hoje, encarar o futuro confiantemente, certos, enfim, de que todos os nossos problemas terão soluções, pois os negócios públicos não mais serão geridos com má-fé, demagogia e insensatez. Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo

O próprio jornal O GLOBO já se posicionou reconhecendo que apoiou a instauração da ditadura militar, mas deixando a ressalva de que a participação na trama foi um erro. Além de assumir a sua concordância com a intervenção realizada pelos militares, o jornal também alega que não agiu de forma isolada, antes atuou da mesma maneira que outros grandes jornais como O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil e o Correio do Amanhã e ainda afirma que parcela relevante da população também apoiou explicitamente através de manifestações e passeatas em cidades como Rio e São Paulo .

Contudo, esse “erro” cometido pelo jornal O GLOBO e possivelmente por muitos outros jornais e demais apoiadores não aparenta ser decorrente de uma ingenuidade política, antes se configura como um posicionamento intencional adotado de forma extremamente calculada. Tanto é verdade que mesmo com todas as violações de direitos humanos ocorridas durante esse período, alguns jornais continuaram demonstrando afinidade com o regime autoritário até mesmo durante a reabertura política.

Atuação dos jornais durante o processo de redemocratização

Uma vez resgatada a participação ativa dos principais jornais em circulação à época e como eles defenderam a deposição de João Goulart e a intervenção militar, resta verificar como a mídia se posicionou durante a ditadura e nos momentos finais desta. Existe, porém, certa dificuldade em averiguar essa atuação porque a censura estabelecida pelo Estado serve como justificativa para a omissão dos jornais perante as violações de direitos humanos ocorridas naquele período. De fato, a grande imprensa foi rigidamente censurada de forma prévia, mas isso não significa necessariamente que não havia qualquer afinidade com o governo .

A fim de contornar o óbice da censura, apresenta-se como uma opção mais viável analisar os editoriais que foram produzidos durante o processo de redemocratização, ancorando-se no fato de que a violência e a censura, nesse momento, já não era tão latente quanto nos anos anteriores. Inclusive o próprio governo “começou a travar nos bastidores uma luta contra a linha-dura” (FAUSTO, 1995, p. 490) em meados da década de 1970. Logo, um jornal que se posiciona explicitamente a favor da ditadura neste contexto é, no mínimo, questionável.

Poucos anos antes do início da reabertura política, a Folha de S. Paulo publicou um editorial que manifestava o seu apoio à ditadura. O trecho destacado abaixo ressalta a tese de que os meios massivos de comunicação continuaram defendendo o regime, inclusive afirmando que se tratava de uma atuação compromissada e que estava conduzindo o país com justiça social :

“Um governo sério, responsável, respeitável e com indiscutível apoio popular, está levando o Brasil pelos seguros caminhos do desenvolvimento com justiça social – realidade que nenhum brasileiro lúcido pode negar, e que o mundo todo reconhece e proclama”.

36 02/04/64 - Editorial de O Globo após o golpe militar. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/As-manchetes-do-golpe-militar-de-1964/4/15195>. Consultado em 27/11/2017.

E não foram poucos os jornais que continuaram se manifestando em prol do regime militar nos anos que precederam o processo de redemocratização. Em 1973, a título de exemplo, o *Jornal do Brasil* publicou o seguinte editorial³⁷:

“Vive o País, há nove anos, um desses períodos férteis em programas e inspirações, graças à transposição do desejo para a vontade de crescer e afirmar-se. Negue-se tudo a essa revolução brasileira, menos que ela não moveu o País, com o apoio de todas as classes representativas, numa direção que já a destaca entre as nações com parcela maior de responsabilidades”. (31/03/73 - Editorial do *Jornal do Brasil* - Rio de Janeiro).

As alegações feitas pelo trecho supracitado são elementares para a discussão travada neste trabalho. Certamente, essas declarações que denominam o regime como uma “revolução brasileira” e depois afirmam que este contou “com o apoio de todas as classes representativas” elucidam o fato de que alguns dos mais influentes jornais que circulavam à época se mantinha fiéis ao regime militar mesmo diante de todo autoritarismo inerente a ele. A euforia ocasionada pelo “milagre econômico”³⁸ que já estava prestes a se encerrar pode até explicar estas afirmações, mas não justificam o enaltecimento de um governo antidemocrático que havia institucionalizado a violência como instrumento de gestão.

Agora, sem dúvidas, o editorial intitulado “Julgamento da Revolução”, publicado pelo jornal *O Globo*, é a maior evidência de que em pleno processo de redemocratização alguns jornais ainda compactuavam com os ideais antidemocráticos. Às vésperas do fim da ditadura militar, em 1984, o jornalista Roberto Marinho enaltece e exalta o governo dos militares conforme demonstra a seguinte passagem³⁹:

“Participamos da Revolução de 1964 identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. Quando a nossa redação foi invadida por tropas anti-revolucionárias, mantivemos firmes e nossa posição. Prosseguimos apoiando o movimento vitorioso desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura, que se deverá consolidar com a posse do novo presidente [...] Temos permanecidos fiéis aos seus objetivos, embora conflitando em várias oportunidades com aqueles que pretenderam assumir o controle do processo revolucionário, esquecendo-se de que os acontecimentos se iniciaram, como reconheceu o Marechal Costa e Silva, “por exigência inelutável do povo brasileiro”. Sem o povo não haveria revolução, mas apenas um “pronunciamento” ou “golpe” com o qual não estaríamos solidários. [...] Volvendo os olhos para as realizações nacionais dos últimos vinte anos, há que se reconhecer um avanço impressionante: em 1964, éramos a quadragésima nona economia mundial, com uma população de 80 milhões de pessoas e uma renda per capita de 900 dólares; somos hoje a oitava, com uma população de 130 milhões de pessoas, e uma renda média per capita de 2.500 dólares. [...]”.

Diante de discursos como esses, torna-se nítida a grande presença da mídia para a manutenção do regime civil-militar, enfraquecendo as estruturas democráticas com suas

37 Editorial do *Jornal do Brasil* - Rio de Janeiro, publicado em 31 de março de 1973. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/16-editoriais-sobre-o-golpe-militar-de-1964/12/33175>. Consultado em: 27/11/2017.

38 Momento em que o país atingiu um crescimento econômico repentino, sem precedentes, fruto das novas diretrizes empregadas pelo governo através de políticas monetárias, fiscais e creditícias. Ocorreu para a maioria dos autores durante os anos de 1967 a 1973 e acompanhava o ideal de modernização empregado pelo regime militar. Para saber mais basta acessar os arquivos da FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>. Consultado em: 27/11/2017.

39 Editorial do jornalista Roberto Marinho, publicado no jornal *O Globo*, edição de 07 de outubro de 1984, momentos antes do fim da ditadura, sob o título: “Julgamento da Revolução”, disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-editorial-de-Roberto-Marinho-que-exaltou-a-Ditadura-Militar/4/27682>. Consultado em 31/07/2017.

manifestações de apoio a um regime autoritário. Ignorar a participação dos jornais tanto no golpe como também durante o processo de redemocratização significa não se preocupar com o futuro da democracia brasileira.

Considerações Finais

Em virtude da suposta ameaça que João Goulart trazia com o seu discurso de reformas de base, os militares chegaram ao poder com a ajuda da mídia que se posicionou contra o governo do atual presidente. Contudo, cabe destacar que alguns grupos resistiram e criticaram o golpe de 1964, considerando como ocorrida a extinção da democracia ou percebendo que os militares pretendiam se perpetuar no poder⁴⁰

Foram inúmeras as atrocidades ocorridas durante o período da ditadura, desde a sua instauração até o seu fim através de um processo lento e controlado de redemocratização. Não há dúvidas de que muitos foram mortos, torturados, exilados, porém a responsabilidade não pode ser atribuída tão somente aos militares. A mídia não foi somente omissa, muito pelo contrário, agravou a tensão que havia no início da década de 60 e abertamente apoiavam a derrubada do governo, vibrou com a queda de João Goulart e fechou os olhos para as violações de direitos humanos que ocorriam.

É desleal quando os registros da história do regime civil-militar se limitam a narrarem os fatos ocorridos durante esse período sem ressaltar com fervor a responsabilidade que setores não militares possuem pelo desaparecimento da democracia no país. É mais do que verídica a ideia de que a chegada ao poder por parte dos militares foi aplaudida por muitos que consideravam aquele momento como uma verdadeira revolução. Logo, considerar a ditadura como um processo exclusivamente militar e colocar toda a culpa de todas as violações de direitos humanos sobre generais e soldados é, na verdade, vendar os olhos para não ver algo que é nítido: muitos queriam a ditadura e foram coniventes até o final⁴¹.

Os jornais, especialmente, desempenharam uma função crucial para a instauração e consolidação da ditadura. A forma como esse apoio era manifesto variava conforme o perfil das redações, porém é possível ressaltar que parte significativa da mídia atuou fazendo oposição frontal ao governo de João Goulart, retirando o máximo possível de sua legitimidade enquanto presidente e intensificando o cenário caótico que a política se encontrava durante o início da década de 60. Outrossim, muitos jornais não mediram esforços para legitimar a ditadura, considerando esta como uma revolução que dava fim a instabilidade

40 RAZIMAN, D. A. *A Justiça pós-conflitual ante o regime civil-militar brasileiro o período de 1968- 1984*. Tese (Doutorado em Direito). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009, p.122.

41 “[...]Sem o povo não haveria revolução, mas apenas um ‘pronunciamento’ ou ‘golpe’ com o qual não estaríamos solidários”. “[...] nos meses dramáticos de 1968 em que a intensificação dos atos de terrorismo provocou a implantação do AI-5.” “[...]Na expansão econômica de 1969 a 1972, quando o produto nacional bruto cresceu à taxa média anual de 10%[...]” “[...]Naquele primeiro decênio revolucionário, a inflação decrescera de 96% para 12% ao ano, elevando-se as exportações anuais de 1 bilhão e 300 mil dólares para mais de 12 bilhões de dólares”. “[...] elevando a produção de petróleo de 175 mil para 500 mil barris diários e a de álcool de 680 milhões para 8 bilhões de litros, e simultaneamente aumentar a fabricação industrial em 85%, expandir a área plantada para produção de alimentos com 90 milhões de hectares a mais, criar 13 milhões de novos empregos, assegurar a presença de mais de 10 milhões de estudantes nos bancos escolares, ampliar a população economicamente ativa de 25 milhões para 45 milhões elevando as exportações anuais de 12 bilhões para 22 bilhões de dólares”. “[...] há que se reconhecer um avanço impressionante: em 1964 éramos a quadragésima nona economia mundial, com uma população de 80 milhões de pessoas e renda per capita de 900 dólares; somos hoje a oitava, com uma população de 130 milhões de pessoas, e uma renda média per capita de 2500 dólares”. “[...]Não há memória de que haja ocorrido aqui, ou em qualquer outro país, que um regime de força consolidado há mais de dez anos, se tenha utilizado do seu próprio arbítrio para se auto limitar, extinguindo-se os poderes de exceção, anistiando adversários, ensejando novos quadros partidários, em plena liberdade de imprensa. É esse, indubitavelmente, o maior feito da Revolução de 1964” (07/10/1984 – O Globo – Do editorial, Julgamento da Revolução).

das reformas prometidas por Jango que, em tese, se coadunavam com ideias comunistas.

No entanto, a atuação desse meio massivo de comunicação não se restringiu apenas aos momentos que precederam o golpe. A grande imprensa também atuou para a manutenção do regime até os seus momentos finais. Muitos jornais, conforme já exposto, mantiveram-se fiéis aos propósitos e ideias da dita “revolução” durante a lenta transição que ocorria.

Surpreendentemente, a ordem constitucional foi rompida com o amplo apoio da mídia e demais setores, sendo inaugurado no país um período que maculou o estado democrático de direito que o Brasil pretendia seguir. Essa visão ampliada de que a ditadura só foi possível acontecer graças a participação de agentes não militares é algo de suma importância para a manutenção da democracia que vem sendo reestabelecida desde a promulgação da Constituição de 1988 que se configura como um símbolo da luta pelos direitos e garantias individuais e coletivos. Não obstante, para que se possa garantir um verdadeiro processo de redemocratização é necessário jamais perder de vista a responsabilidade que todas as instituições privadas e públicas possuem, bem como as pessoas singularmente, a fim de que não se reproduzam nos discursos atuais a mesma chama ‘revolucionária’ acesa em 1964 que incendiou quase que literalmente o Brasil e suas instituições democráticas.